



# Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

## Estado de São Paulo

### REQUERIMENTO

Ementa: Ao Executivo Municipal, com cópia ao Departamento Competente, solicitando as seguintes informações:

1) A relação de pessoas beneficiadas com a isenção do IPTU neste Município, discriminando a quantidade de pessoas por bairro, e o motivo da isenção; 2) A documentação poderá ser enviada por meio digital.

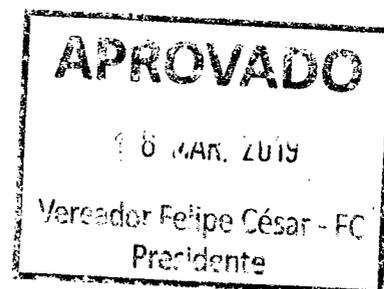
#### REQUERIMENTO Nº 759/2019

**Autor:** RODERLEY MIOTTO RODRIGUES

**Ementa:** AO EXECUTIVO MUNICIPAL, COM CÓPIA AO DEPARTAMENTO COMPETENTE, SOLICITANDO AS SEGUINTE INFORMAÇÕES: 1) A RELAÇÃO DE PESSOAS BENEFICIADAS COM A ISENÇÃO DO IPTU NESTE MUNICÍPIO, DISCRIMINANDO A QUANTIDADE DE PESSOAS POR BAIRRO, E O MOTIVO DA ISENÇÃO. 2) A DOCUMENTAÇÃO PODERÁ SER ENVIADA POR MEIO DIGITAL.

**PROTOCOLO GERAL Nº 834/2019**

Data: 18/03/2019 - Horário: 14:28



Senhor Presidente,

Este Vereador vem, com fundamento no art. 210, inciso "VII" do Regimento Interno desta Casa de Leis, bem como de acordo com o art. 11 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com os princípios constitucionais da independência e harmonia entre os poderes, e ainda no dever de fiscalizar imposto ao Poder Legislativo, em conformidade com o art. 31 da CRFB/1988, e no direito à informação insculpido no art. 216, § 2.º da CRFB/1988 e na Lei Federal n.º 12.527/2011, requerer ao Executivo Municipal que determine ao Departamento Competente, que venha encaminhar a esta Casa de Leis as informações solicitadas.

Considerando, ainda, que se justifica o presente Requerimento, haja vista, que o Poder Legislativo tem obrigação de fiscalizar e controlar, diretamente, os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração Direta e Indireta, com o intuito de preservar o interesse público, em conformidade com as disposições do art. 31 da CRFB/1988. Além, do mais, em respeito as disposições do art. 37 da CRFB/1988, justifica-se a fim de trazer maior transparência à administração pública, possibilitando este Vereador exercer seu trabalho de fiscal da Lei.

REQUEIRO à Mesa, consultado o Plenário, seja oficiado, ao Executivo Municipal, com cópia ao Departamento Competente, solicitando as seguintes informações: 1) A relação de pessoas beneficiadas com a isenção do IPTU neste Município, discriminando a quantidade de pessoas por bairro, e o motivo da isenção; 2) A documentação poderá ser enviada por meio digital.

Plenário Dr. Francisco Romano de Oliveira, 15 de Março de 2019.

Vereador Roderley Miotto